

O lado humano da arqueologia forense: entrevista com Criméia Almeida

Criméia Alice Schmidt de Almeida*

João Pedro da Silva Albuquerque**

Aline Feitoza de Oliveira***

Marília Oliveira Calazans****

Rebeca Righetti Ramos*****

ALMEIDA, C.A.S.; ALBUQUERQUE, J.P.S.; OLIVEIRA, A.F.; CALAZANS, M.O.;
RAMOS, R.R. O lado humano da arqueologia forense: entrevista com Criméia
Almeida. *R. Museu Arq. Etn.* 34: 187-193, 2020.

Resumo: Criméia Alice Schmidt de Almeida participou da VI Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, na mesa de debate sobre Arqueologia da Repressão e Resistência: Materialidade e Patrimônio em Áreas de Conflito. Após sua fala, foi proposta uma entrevista para entender sua trajetória, sua aproximação com os campos da arqueologia e da antropologia e seu contato com equipes internacionais e impressões sobre a atuação de arqueólogos nos trabalhos de buscas e identificações desenvolvidos no Brasil. A entrevista permitiu reforçar a importância da troca entre as equipes técnicas e as famílias de pessoas desaparecidas.

Palavras-chave: Arqueologia da resistência; Comissões de familiares; Perícia humanizada; Desaparecidos e mortos políticos; Antropologia forense.

* Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. <crimeiaalice@gmail.com>

** Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Pernambuco. Assistente de administração no Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo. <joao.pedro1221@gmail.com>

*** Mestranda em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Antropóloga no Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo. <alinefeitoza@gmail.com>

**** Mestra pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Doutoranda da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Historiadora do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo. <mariliaolca@gmail.com>

***** Graduada em Ciências Sociais. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Bolsista de extensão em mídia no Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo. <rebecarighettiramoss@gmail.com>

Introdução

No dia 21 de maio de 2019, Criméia Alice Schmidt de Almeida participou da VI Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP (VI-SIA), na mesa Arqueologia da Repressão e Resistência: Materialidade e Patrimônio em Áreas de Conflito. Estavam presentes na mesa a pesquisadora chilena Nicole Fuenzalida, que palestrou sobre os trabalhos arqueológicos na antiga casa de detenção e tortura na ditadura chilena conhecida como Londres 38, e o professor argentino Andrés Zarankin, cuja fala

foi sobre a situação política atual do Brasil, momento em que se exaltam torturadores como heróis nacionais. A mediação foi realizada pela professora Veronica Wesolowski, que trouxe um panorama histórico sobre trabalhos arqueológicos em contextos de repressão pelo país, especialmente durante a ditadura, destacando o papel fundamental dos familiares nesses processos.

Criméia apresentou sua experiência de vida¹, destacando as ações pioneiras da pesquisa dos familiares para investigação de casos como o da Guerrilha do Araguaia e da Vala de Perus, e a importância de um contexto político favorável para incentivar trabalhos com esta temática. Lembrou ainda momentos em que trabalhou junto a coveiros, chegando a escavar e transportar ossos, mostrando que muitas vezes recai sobre as famílias a iniciativa de fazer o trabalho de investigação documental, cruzamento de informações e resgate de corpos, independentemente de terem os equipamentos adequados. Apesar da falta de formação oficial, houve casos em que os familiares se mostraram capazes de fazer resgate e interpretar materiais associados ao contexto, tentando cobrir as falhas que o Estado deixou, mesmo antes de se aproximarem da arqueologia.

Esta entrevista foi realizada após a participação de Criméia Schmidt no evento, em que foi considerado seu histórico de luta e participação ativa, mesmo que indireta e informalmente, nas práticas arqueológicas. As perguntas foram aplicadas a partir de uma estrutura comum baseada nos temas abordados no evento de modo geral, assim como foram formuladas acerca do debate levantado pelos palestrantes². Buscamos, assim, uma forma de materializar pela escrita a troca que aconteceu durante o evento.

1 Os vídeos estão sendo processados e tratados pela Seção de Audiovisual do MAE/USP para posterior divulgação.

2 Parte desta entrevista pode ser encontrada no canal Podcast 1049, no Spotify (Almeida 2019).



Fig. 1. Criméia e João Pedro conversam antes do início da entrevista.

Foto: Acervo do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf).

Fragmentos de uma história de luta

Como familiar, Criméia Alice Schmidt de Almeida está na luta pelos desaparecidos políticos desde sua juventude. Quando tinha dezessete anos, seu pai foi preso por motivos políticos e ela saiu em sua busca. Quando os militares deram o golpe na democracia brasileira, Criméia teve três membros de sua família vítimas da política de desaparecimento imposta pela ditadura brasileira: seu companheiro, André Grabois, seu sogro, Maurício Grabois, e seu cunhado, Gilberto Olímpio, três desaparecidos da Guerrilha do Araguaia.

Assim como seus familiares, Criméia foi guerrilheira no Araguaia. Foi presa estando grávida e foi obrigada a dar à luz seu filho no cárcere. Após a redemocratização, os depoimentos dela e de sua família, somados aos de outros combatentes, foram de grande importância para a ação declaratória que condenou o torturador e chefe do Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) da ditadura, Carlos Brillante Ustra (Gaspari 2014; Ministério Público Federal 2012).

Hoje, ela continua na militância política por direitos humanos, sendo um importante ícone

feminino pela luta por memória, verdade e justiça. Em suas próprias palavras: “*minha vida adulta toda foi procurando presos políticos, desaparecidos ou não*”. Criméia atua ativamente acompanhando os grupos de trabalho responsáveis pela busca e identificação de desaparecidos, como o Grupo de Trabalho Perus (GTP) (Alves Filho & Miranda 2001; Hattori 2017; Instituto Macuco 2012; Palhares 2001; Souza *et al.* 2015; Teles 2018) e o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA).

O GTA nasceu em 2011, a partir da mudança do Grupo de Trabalho Tocantins, criado em 2009. Seu intuito é o de investigar os desaparecimentos e realizar expedições de resgate na região do Tocantins, então Goiás, e Pará, relacionados à luta na região do Araguaia (Souza 2018; Teles 2014).

A Guerrilha do Araguaia aconteceu entre 1972 e 1975, na qual camponeses e guerrilheiros sofreram torturas, trabalhos forçados, desaparecimentos e mortes, havendo participação político-sindical ou não.

O GTP foi criado em 2014, por um acordo de cooperação entre três instituições: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Prefeitura de São Paulo e a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para identificar desaparecidos políticos enterrados clandestinamente em uma vala comum no Cemitério de Perus, em São Paulo, na década de 1970 (Instituto Macuco 2012; Souza *et al.* 2015; Universidade Federal de São Paulo 2019). Os restos mortais exumados ocuparam 1.049 caixas que passaram por universidades e instituições públicas que não lhes deram o devido tratamento e foram responsabilizadas por uma ação civil pública, iniciada no ano de 2009 (Calazans *et al.* 2019).

Após a criação do GTP em 2014, os remanescentes ocupantes das 1.049 caixas foram transferidos para o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp (Caaf-Unifesp), onde estão sendo analisados por uma equipe multidisciplinar.



Fig. 2. Criméia avalia material escavado no Araguaia em visita ao Caaf.

Foto: Acervo Caaf.

Aproximação entre a luta pelos desaparecidos e arqueologia

Antes de conhecer a arqueologia como uma disciplina que poderia auxiliar na busca pelos desaparecidos, Criméia já possuía o conhecimento de “onde procurar” e “quem procurar” a partir da pesquisa documental e dos depoimentos das vítimas dos torturadores. Contudo o “como” retirar as pessoas das valas nas quais foram jogadas pelos ditadores para que caíssem em esquecimento seria trazido pela arqueologia.

Criméia não é formada em arqueologia, apenas teve conhecimento do papel e potencial político da disciplina na busca de desaparecidos ao final dos anos 1980, em um congresso da Federação Latino-Americana de Associações de Familiares de Presos Desaparecidos (Fedefam). Durante esse evento, ela teve contato com alunos do antropólogo estadunidense Clyde Snow (Dutrénit Bielous, 2020), que integravam parte da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF). Essa equipe realizou uma apresentação sobre escavações na Guatemala, em uma vala na qual foram encontrados vários corpos sem separação entre eles. Sobre esta experiência, Criméia contou que:

Mostraram uns slides de escavações na Guatemala, e eu fiquei muito impressionada. Um desses slides eu tenho até hoje na memória, porque era uma vala comum – não como a de Perus –, era uma vala comum mesmo, as pessoas foram jogadas dentro de um imenso buraco. E, quando eles perceberam que ali tinha várias pessoas, eles escavaram ao lado da escavação, que permitiu que fotografassem os corpos caídos, [como] jogados. É um negócio impressionante, porque a sensação que eu tive é que nem todos estariam mortos na hora que foram enterrados. Devia ter vivo [...] você percebe certos movimentos meio desesperados. Morto com as mãos pra cima... uns negócios meio estranhos que eu não sei, eu não tive coragem de perguntar, porque tinha muito familiar e, se eles dizem que sim [que as pessoas foram enterradas vivas], seria muito chocante, então eu não perguntei. Até hoje eu fico com essa imagem.

A título de comparação, a entrevistada, que falava à equipe do Caaf para esta entrevista, explicou que o contexto guatemalteco é diferente da Vala de Perus, que só tinha ossos. No caso Perus, os corpos haviam sido enterrados em sepulturas individuais, foram exumados depois de esqueletizados e seus ossos foram transportados para a Vala.

Segundo Criméia, o desaparecimento existe como prática não só no Brasil e não só político, são desaparecimentos em massa. Isso reforça a importância dos estudos arqueológicos em conjunto com as disciplinas da sociologia e da história. Muitos profissionais começam a carreira ainda imaturos nessa interdisciplinaridade, de modo que, conforme destacou, é necessária uma formação que agregue antropologia, arqueologia, história e sociologia.

Ela ressaltou que, ao longo dos anos, foi ficando claro que só o conhecimento técnico não é suficiente para os trabalhos forenses. A história de vida, os detalhes dos indivíduos e o que os familiares passam aos antropólogos e arqueólogos dos processos de busca são uma grande contribuição. Os familiares não conhecem

a arqueologia, as técnicas, mas conhecem o histórico dos casos, conhecem os desaparecidos, conhecem os cemitérios, de modo que iniciam os trabalhos e dão base para que sejam continuados pelas equipes de busca e identificação.

Os testemunhos dos familiares e da sociedade nos processos de busca foram um diferencial no processo da Vala de Perus que humanizou os ossos, tanto quanto a relação entre familiares e peritos. Esta nem sempre harmoniosa, como explicitou a entrevistada:

[...] uma vez eu falei com um perito médico e eu me referi a esses ossos como restos mortais. Ele me xingou. Disse que era um desrespeito tratar os ossos dessa forma. Ai eu fiquei com raiva dele – porque era um cara muito arrogante – e falei: “olha, meu senhor, estou falando de restos mortais porque é tudo o que nos restou. Da memória dessas pessoas, nos restou isso. E é restos mesmo, não tem outro [termo]. Não é um esqueleto completo, é uma mistura de osso que eu só posso chamar de restos mortais. E não é nenhum desrespeito”.

Quando se trabalha a ideia de que esses processos de busca trazem de volta a memória dessas pessoas, com o resgate da história de um indivíduo, humaniza-se quem trabalha na identificação e humanizam-se os familiares. “Quando todo esse processo é resgatado, humanizam-se os dois lados graças ao tratamento respeitoso recebido”, ponderou.

O que acadêmicos e peritos podem aprender com os familiares

Eu sinto uma relação de igual, porque o saber que eu tenho eles não têm, e o saber que eles têm eu não tenho.

Criméia Almeida (2019).

Criméia participou do evento a convite do corpo discente do MAE-USP. Este espaço simbólico foi de extrema importância ao se considerar o histórico dos esqueletos da Vala

de Perus que, conforme lembrou Criméia, já passaram por esta universidade³.

As perguntas e a curiosidade do público que assistia demonstraram a carência de contato entre o meio acadêmico e os movimentos sociais. Este ponto foi destacado por Criméia, que defendeu a necessidade de integração entre a disciplina arqueológica e os profissionais com os grupos e movimentos de luta. A diferença que a aproximação acarreta nos trabalhos pode ser observada entre o GTA e o GTP. Este, desde o início, incluiu e garantiu formalmente a participação de familiares no processo de busca – uma participação não apenas informativa, mas decisória⁴. O GTA, por sua vez, até o presente momento não apresentou informações sobre expedições ou sobre os esqueletos que foram resgatados, de modo que as famílias alegam saber sobre atualizações do caso apenas por meio dos relatórios oficiais que são enviados para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A entrevistada reforçou ainda que o GTP tem pontos a melhorar, ampliando a participação da sociedade, pois a academia está assumindo um pouco mais com o passar dos anos. Deixar para os órgãos públicos não é a solução, haja vista o

caso do GTA sob coordenação do Ministério da Defesa, que não é o melhor exemplo dessa relação.

Quando questionada sobre o diálogo entre a academia e a sociedade, partindo da experiência do evento, Criméia respondeu que sente uma relação de igualdade entre as partes, à medida que são saberes complementares, e não concorrentes. Em suas palavras: “o saber que eu tenho eles não têm, e o saber que eles têm eu não tenho”, embora no início pudesse haver certa reserva, conforme considerou, não muito claramente se com relação aos familiares ou ao trabalho em si. Retomando sua fala, essa prática de trabalhar com corpos recentes é muito nova para a arqueologia no Brasil, e esses eventos acabam sendo bons para resolver arestas e ajudar a perceber que nem os familiares nem os acadêmicos são monstros. Embora tenha havido experiências ruins no passado com universidades, como houve com a Unicamp e com a USP, os agentes envolvidos na época não eram os que estavam no evento.

Concluindo a entrevista, Criméia considerou que o grande problema no Brasil foi o fato de esse tipo de trabalho ter sido compreendido como de responsabilidade médica, não havendo entendimento de que médicos estão acostumados com corpos, não com ossos, e é importante ver essas arestas se desfazendo. O tratamento hoje recebido pelos esqueletos da Vala de Perus é *top*, podendo até não chegar às conclusões desejadas, mas com a oferta de um tratamento muito humanizado, diferente das experiências anteriores.

3 O material retirado da Vala de Perus ficou, entre 2000 e 2014, armazenado no columbário do Cemitério do Araçá e, durante esse período, foi analisado pela equipe de Daniel Muñoz, perito do Instituto Médico Legal de São Paulo e professor da Faculdade de Medicina da USP.

4 Cf. Portaria nº 620, de 9 de outubro de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3fdToJ8>. Acesso em: 10/02/2020.



Fig. 3. Criméia fala para o público durante mesa redonda da VI Semana Internacional de Arqueologia Discentes MAE-USP.

Foto: Acervo VI SIA.

ALMEIDA, C.A.S.; ALBUQUERQUE, J.P.S.; OLIVEIRA, A.F.; CALAZANS, M.O.; RAMOS, R.R. The human face of Forensic Archaeology: interview with Criméia Almeida. *R. Museu Arq. Etn.* 34: 187-193, 2020.

Abstract: Criméia Alice Schmidt de Almeida participated at the VI International Student Week of Archaeology from the Museum of Archaeology and Ethnology at University of São Paulo during the section Archeology of Repression and Resistance: Materiality and Heritage in Conflict Areas. After her speech, an interview was proposed to understand her trajectory, her approximation to the fields of Archaeology and Anthropology, her contact with international teams and her impressions about the participation of archaeologists in search and identification work developed in Brazil. The interview allowed us to reinforce the importance of the exchange between technical teams and the families of missing persons.

Keywords: Families commissions; Humanized forensics; Missing and deceased political persons; Forensic anthropology.

Referências Bibliográficas

- Almeida, C.A.S. 2019. Humanizar as ciências forenses. *Podcast 1049*. Disponível em: <<https://spoti.fi/30bm51C>>. Acesso em: 10/02/2020.
- Alves Filho, M.; Miranda, A. 2001. O Projeto Perus, passo a passo. *Jornal da Unicamp* 15: 2-5.
- Brasil. 2014. *Portaria nº 620, de 9 de outubro de 2014*. Institui o Grupo de Trabalho Perus. Disponível em: <<https://bit.ly/39IxVqv>>. Acesso em: 16/05/2020.
- Calazans, M.O. et al. 2019. A Vala de Perus e as universidades públicas na trajetória por Memória, verdade e Justiça (1990-2019). *Revista Hydra* 4: 8-49.
- Dutrénit Bielous, S. 2020. An introduction: departure, journey, arrival. In: Dutrénit Bielous, S. (Ed.). *Forensic anthropology teams in Latin America*. Routledge, New York, 1-10.
- Gaspari, E. 2014. *A ditadura escancarada*. 2. ed. Intrínseca, Rio de Janeiro.
- Hattori, M. 2017. Documentação da Unicamp. In: Hattori, M. (Org.). *Relatório de investigação preliminar e antemortem*. [S. l.]: PNUD, 200-226.
- Instituto Macuco. (Ed.). 2012. *Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. Ed. do Autor, São Paulo.
- Ministério Público Federal. 2012. *Denúncia apresentada pelo MPF contra Carlos Alberto Brilhante Ustra e Dirceu Gravina*. Procuradoria da República em São Paulo, São Paulo.
- Palhares, F. 2001. A história que poucos conhecem. *Jornal da Unicamp* 160: 13-14.
- Souza, R.A. et al. 2015. A retomada das análises da vala clandestina de Perus. In: São Paulo. *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva*. Alesp, São Paulo, 1-79.
- Souza, R.A. 2019. *A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Teles, J.A. 2014. Os segredos e os mitos sobre a guerrilha Araguaia (1972-1974). *História Unisinos* 18: 464-480.
- Teles, J. 2018. A vala clandestina de Perus: entre o passado e o presente. *Revista Insurgência* 4: 300-341. Universidade Federal de São Paulo.
2019. *Centro de Antropologia e Arqueologia Forense*. Disponível em: <<https://bit.ly/2ED0j09>>. Acesso em: 10/02/2020.